



LIDO NA SESSÃO DO DIA
02 DEZ 2015
1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia			
PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº 371/15
AUTOR : DEPUTADO JESUÍNO BOABAID			
<p>REQUER à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, cópia na íntegra de documentos, no que tange, a Mensagem 233 de 13 de novembro de 2015, que dispõe a respeito do PROJETO DE LEI “que autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 7.290.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN”.</p> <p>O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Poder Executivo, nos termos dos artigos 29, XVIII C/C 31, § 3º da Constituição Estadual e do Regimento Interno no artigo 179, inciso III, cópia na íntegra dos documentos discriminados a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Cópia na íntegra do processo do Anexo I, de crédito de adicional suplementar por anulação;2. Cópia na íntegra do processo do Anexo II, crédito de adicional suplementar por anulação;3. Cópia na íntegra do Ofício 1997/2015/GAB/DETRAN-RO. <p>Plenário das Deliberações, 24 de novembro de 2015.</p> <p>Jesuino Boabaid Deputado Estadual Presidente da Comissão de Segurança Pública</p>			

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.

Cep.: 76.601-511 69 3216 2015 www.malero.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

AUTOR : **DEPUTADO JESUÍNO BOABAID**

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares, o pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizatório dos atos de executivo, deverá ser exercido por esta Casa de Leis, conforme preceitua o Art. 46 da Constituição Estadual:

“Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação do presente Requerimento

Plenário das deliberações, 24 de novembro de 2015.

Jesuino Boabaid
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216.2810 www.ale.ro.gov.br